

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 166/XII/ 4.ª SL

Aos 04 dias do mês de fevereiro de 2015, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações.

2. Apreciação do requerimento do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, para que seja solicitado ao Governo, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o envio à Comissão dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas das atas e documentos das reuniões da Comissão Bilateral ocorridas nos últimos três anos, sobre a Base das Lajes.

3. Informação sobre a audiência de Representantes da Associação Portuguesa dos Consultores em Propriedade Industrial (ACPI) e da Associação Internacional para a Proteção da Propriedade Intelectual (AIPPI) no quadro da apreciação da Proposta de Resolução n.º 98/XII - "Aprovar o Acordo relativo ao Tribunal Unificado de Patentes, assinado em Bruxelas, em 19 de fevereiro de 2013"

Deputada Relatora, Gabriela Canavilhas (PS).

4. Apreciação de Pareceres:

- Proposta de Resolução n.º 96/XII/4ª - "Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e a República da Tunísia de Cooperação no domínio da Defesa, assinada a 18 de janeiro de 2013, em Tunes"

Deputada Relatora, Glória Araújo (PS);

- Proposta de Resolução n.º 100/XII/4ª - "Aprova a Emenda ao Artigo 38.º dos Estatutos da Organização Mundial do Turismo, que foi adotada, em 2007, na 17.ª Assembleia Geral desta Organização (Resolução 521 (XVII)), realizada em Cartagena das Índias".

Deputado Relator, Feliciano Barreiras Duarte (PSD).

5. Apresentação das conclusões do Grupo de Trabalho constituído para proceder ao debate e votação na especialidade da Proposta de Lei 243/XII/3ª - que Proceda à primeira alteração à Lei n.º 66-A/2007, de 11 de dezembro, que define as competências, modo de organização e funcionamento do Conselho das Comunidades Portuguesas.

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 166/XII/ 4.ª SL

6. Aprovação das Atas n.º 154 de 11 de novembro, 155 de 12 de novembro e 156 de 18 de novembro.

7. Outros Assuntos.

1. Informações.

O Sr. Presidente, Deputado Sérgio Sousa Pinto, deu início à reunião começando por informar da audição conjunta com o Embaixador do Canadá para a União Europeia, David Plunketta, no próximo dia 10 de fevereiro, às 10:00, sobre o acordo CETA. No quadro da deslocação a Portugal do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Bangladesh é proposta a realização de reunião com representantes da Comissão no dia 24 de fevereiro, tendo solicitado aos grupos parlamentares que indicassem aos serviços quem poderia estar presente com a necessária antecedência. Informou ainda que foi recebido convite da Assembleia Nacional da Hungria para que delegação desta Comissão realizasse visita, em breve, para troca de opiniões sobre temas de interesse comum no quadro da União Europeia, como a PESC-PCSD, a energia e comunidades vivendo na diáspora.

2. Apreciação do requerimento do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, para que seja solicitado ao Governo, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o envio à Comissão dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas das atas e documentos das reuniões da Comissão Bilateral ocorridas nos últimos três anos, sobre a Base das Lajes.

O Sr. Presidente informou sobre o teor do requerimento apresentado pelo grupo parlamentar do PCP tendo referido que os Deputados poderiam requerer diretamente os documentos.

A Sr.ª Deputada Carla Cruz (PCP) disse que entendem que deve ser a Comissão a pedir, pois a Comissão está há várias reuniões a tratar deste assunto e deveria por isso requerer os documentos que são imprescindíveis para o debate em curso.

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 166/XII/ 4.ª SL

O Sr. Deputado António Rodrigues (PSD) disse que o PSD não vai obstaculizar ao pedido dos documentos mas não pode deixar de suscitar a questão da delicadeza destes documentos que são produzidos no quadro das relações bilaterais entre os dois países podendo ser classificados

Submetido a votação foi o requerimento aprovado por unanimidade registando-se a ausência do BE.

3. Informação sobre a audiência de Representantes da Associação Portuguesa dos Consultores em Propriedade Industrial (ACPI) e da Associação Internacional para a Proteção da Propriedade Intelectual (AIPPI) no quadro da apreciação da Proposta de Resolução n.º 98/XII - "Aprovar o Acordo relativo ao Tribunal Unificado de Patentes, assinado em Bruxelas, em 19 de fevereiro de 2013"

Dado que a Sr.ª Deputada Gabriela Canavilhas (PS) não pôde estar presente devido a trabalhos parlamentares foi decidido adiar este ponto.

O Sr. Deputado António Rodrigues (PSD) interveio para informar que esteve presente na audiência, como ficou assente na reunião em que foi agendada, e informou que os representantes da Associação Portuguesa dos Consultores em Propriedade Industrial (ACPI) e da Associação Internacional para a Proteção da Propriedade Intelectual (AIPPI) consideram que a aprovação do Acordo relativo ao Tribunal Unificado de Patentes causará prejuízo a Portugal e que há diversos Estados que estão a equacionar não ratificar. Os representantes das Associações comprometeram-se a enviar o estudo de impacte que está a ser feito sobre a adesão de Portugal ao Tribunal Unificado de Patentes, pelo que considerou que é de aguardar o seu envio.

4. Apreciação de Pareceres:

- Proposta de Resolução n.º 96/XII/4ª - "Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e a República da Tunísia de Cooperação no domínio da Defesa, assinada a 18 de janeiro de 2013, em Tunes"

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 166/XII/ 4.ª SL

A Sr.ª Deputada Glória Araújo (PS) apresentou de forma sucinta o parecer começando por referir que a Convenção estabelece os termos da cooperação bilateral no domínio da Defesa entre a República Portuguesa e a República da Tunísia, designadamente em matéria de formação militar, indústrias de defesa, programas comuns para a investigação, desenvolvimento e produção de material e equipamentos de defesa, assistência científica, técnica e industrial e intercâmbios culturais e sociais. Referiu que a Convenção tem como fundamento o interesse mútuo em reforçar a estabilidade, a paz e a segurança na região em que se inserem, através do fortalecimento das relações de cooperação no domínio da Defesa entre os dois países. Disse ainda que a maioria da sociedade tunisina rejeita o governo islâmico mais radical. Concluiu a apresentação considerando que a proposta de resolução está em condições de ser votada no Plenário da Assembleia da República.

O parecer foi submetido a votação tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do BE.

- Proposta de Resolução nº 100/XII/4ª - "Aprova a Emenda ao Artigo 38.º dos Estatutos da Organização Mundial do Turismo, que foi adotada, em 2007, na 17.ª Assembleia Geral desta Organização (Resolução 521 (XVII)), realizada em Cartagena das Índias".

O Sr. Deputado Feliciano Barreiras Duarte (PSD) apresentou o parecer começando por referir que a Organização Mundial do Turismo (OMT), com sede em Madrid, é uma organização especializada das Nações Unidas e um fórum global para o debate das questões da política de turismo. Portugal é Membro efetivo da Organização desde 1976. A Emenda proposta, tal como expresso na exposição de motivos da iniciativa do Governo, visa promover a modificação do artigo 38.º dos Estatutos da OMT de modo a que a língua chinesa, que já é uma das línguas oficiais das Nações Unidas, passe a ser reconhecida como língua oficial da OMT, a par do árabe, do inglês, do francês, do russo e do espanhol. A proposta salienta ainda que a alteração ao Artigo 38.º que torna o árabe num idioma oficial da OMT ainda não foi ratificada e apela aos membros para que procedam à referida ratificação. Concluiu referindo que em pleno século XXI, século do movimento dos povos o turismo é uma indústria com cada vez maior importância, fazendo por isso todo o sentido, que o chinês, como no futuro outras

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 166/XII/ 4.ª SL

línguas, incluindo o português, assumam maior preponderância, também como língua oficial do turismo mundial.

A Sr.ª Deputada Maria de Belém (PS) saudou o Sr. Deputado pelo parecer e disse que, com frequência, desvalorizamos a língua portuguesa pelo que subscreve as palavras do Sr. Deputado que chamam a atenção para a importância da língua portuguesa e para a necessidade do seu reconhecimento.

O Sr. Deputado Feliciano Barreiras Duarte (PSD) disse que esta é uma discussão que faz sentido em termos do posicionamento internacional da língua, que primeiro tem de ser resolvido em sede da ONU.

O parecer foi submetido a votação tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do BE.

5. Apresentação das conclusões do Grupo de Trabalho constituído para proceder ao debate e votação na especialidade da Proposta de Lei 243/XII/3ª - que Procede à primeira alteração à Lei nº 66-A/2007, de 11 de dezembro, que define as competências, modo de organização e funcionamento do Conselho das Comunidades Portuguesas.

O Sr. Deputado Carlos Alberto Gonçalves (PSD), que coordenou o Grupo de Trabalho, apresentou as principais alterações aprovadas e informou que o texto final inclui alterações propostas por todos os grupos parlamentares. Houve vontade de conseguir consensos. Trata-se de uma lei muito importante para os portugueses residentes no estrangeiro e que têm este órgão representativo. O Governo queria designadamente reforçar a atuação do Conselho e fazer corresponder o universo eleitoral aos votantes para a Assembleia da República. Agradeceu o contributo de todos os grupos parlamentares porque houve vontade de todos de contribuir para um consenso. Concluiu referindo que se trata de um momento importante para esta Comissão e também para a Assembleia da República.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) disse que a conclusão dos trabalhos foi positiva porque houve abertura dos grupos parlamentares da maioria às propostas de

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 166/XII/ 4.ª SL

alteração apresentadas. Houve em alguns aspetos melhorias, designadamente quanto ao universo eleitoral, a Presidência do Conselho Permanente e a continuação das comissões temáticas, que melhor mantêm o perfil de órgão consultivo do Governo. Concluiu congratulando-se com a recetividade das propostas apresentadas.

Submeteu-se a votação o texto final apresentado pelo grupo de trabalho que foi aprovado por unanimidade registando-se a ausência do PCP e do BE.

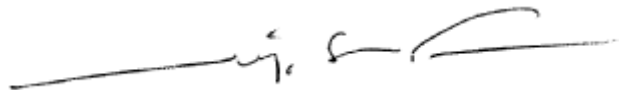
6. Aprovação das Atas n.º 154 de 11 de novembro, 155 de 12 de novembro e 156 de 18 de novembro.

As atas foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do BE:

Não havendo outros assuntos a tratar, a reunião foi encerrada às 11:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 20 fevereiro 2015.

O PRESIDENTE



(SÉRGIO SOUSA PINTO)



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 166/XII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carla Cruz
Carlos Alberto Gonçalves
Celeste Correia
Feliciano Barreiras Duarte
Glória Araújo
Maria de Belém Roseira
Maria Ester Vargas
Maria José Moreno
Mário Magalhães
Paulo Pisco
Ricardo Baptista Leite
Sérgio Sousa Pinto
António Rodrigues
José Lino Ramos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Filipe Lobo D' Ávila
Maria Gabriela Canavilhas

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carina Oliveira
Carlos Páscoa Gonçalves
Helena Pinto
Maria João Ávila
Maria Manuela Tender
Nuno Magalhães